

A midiatização de um juízo político: responsabilidade editorial nas capas de revistas semanais brasileiras

The mediatization of the impeachment: publishing commitment on the Brazilian weekly magazine covers

Camila Hartmann¹, Ada Cristina Machado da Silveira²

1 Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFSM (2016). E-mail: camilahartmann@hotmail.com.br.

2 Professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde integra o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Colaboradora do Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras. E-mail: ada.silveira@ufsm.br.

Resumo

O artigo analisa os discursos jornalísticos produzidos sobre o juízo político da presidente Dilma Rousseff em capas de revista semanais de circulação nacional em um contexto de midiaticização da sociedade. Como objeto empírico de análise, elegeu-se três capas veiculadas individualmente por *CartaCapital*, *IstoÉ* e *Veja* em uma mesma data, que sucedeu o processo de votação do juízo político na Câmara dos Deputados. Questiona-se a ação das revistas semanais nas capas elaboradas quando do juízo político de Dilma Rousseff, considerando-se a responsabilidade editorial das peças jornalístico-promocionais.

Palavras-chave

Jornalismo, política, midiaticização, juízo político, capas de revista.

Abstract

This article analyzes the journalistic discourses produced on the impeachment of President Dilma Rousseff on weekly magazine covers of national circulation within the context of mediatization of society. As empirical object of analysis, three covers were selected at the same date for each of the following magazines: *CartaCapital*, *IstoÉ* and *Veja*, ensuing the impeachment voting process in the Chamber of Deputies. The action of the weekly magazines on their elaborate covers during the political trial of Dilma Rousseff is subject of this article, considering the publishing commitment of these journalistic-promotional works.

Keywords

Journalism, politics, mediatization, impeachment, magazine covers.

A conformação pública do atual quadro político brasileiro trava-se, para além da complexa rede de relações socioeconômicas e culturais imbricadas no cenário, a partir das narrativas midiáticas que se produzem acerca dos acontecimentos que o vem configurando. Considerando o pressuposto de que a informação a partir da qual os indivíduos hodiernamente constroem suas visões de mundo advém majoritariamente dos veículos midiáticos, torna-se pertinente analisar o modo como o discurso jornalístico adquire reverberação social.

No escopo de tal complexidade, concebe-se um processo de transformação da sociedade que assinala o percurso transitado entre a sociedade dos meios e a midiatizada. Algo que está em andamento e sinaliza a emergência da mídia como um campo que incide sobre os modos de interação social e na percepção da experiência dos indivíduos (BRAGA, 2006; FAUSTO NETO, 2008). A midiatização, assim sendo, mostra-se enquanto um processo seminal da estrutura societária contemporânea com implicações nos modos operativos das práticas jornalísticas e nas representações midiáticas dos grupos e das instituições sociais, estabelecendo-se como conceito chave para tensionar a relação da mídia com a sociedade e a cultura (HJARVARD, 2014).

Constituindo-se como lugares privilegiados para a circulação social dos sentidos, os veículos de mídia funcionam como uma espécie de agenda coletiva, estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições (SODRÉ, 2010, p. 26). Isto posto, entende-se que a realização de pesquisas que objetivem investigar o modo como o discurso jornalístico (des)constrói sentidos e representações implica um gesto de interpretação crítica que condicione compreender como se dá a articulação entre os discursos e os elementos não-discursivos. No caso em estudo, com vistas a apreender o entorno contextual que circunscreve a produção dos discursos veiculados em capas de revista semanais acerca do juízo político da então presidente Dilma Rousseff, explana-se uma breve cronologia do acontecimento. A continuação, o artigo trata de questões atinentes ao jornalismo como mediador da realidade. A referência teórica da dimensão verbal e visual das capas de revista introduz aspectos do percurso metodológico que, a seguir, são adotados na análise de três capas de revista semanais.

Torna-se pertinente esclarecer, de antemão, que o termo “impeachment” substituiu a expressão correspondente de juízo político no senso comum da vida política brasileira. Termo banalizado com o julgamento do presidente Richard Nixon (1974), dos Estados Unidos, ocasião em que a atividade jornalística teve destaque, ele foi apropriado para o vocabulário político nacional com o julgamento do presidente Fernando Collor de Mello (1992) em que, igualmente, a atividade midiática pesou sobremaneira. Para os fins deste texto, são mantidas igualmente ambas as expressões, “impeachment” e sua correspondência no vernáculo brasileiro de juízo político (no lugar da desacreditada tradução “impedimento”), tendo em vista seu uso já arraigado no noticiário nacional.

Cronologia do processo de impeachment

Os trâmites do processo que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), duraram aproximadamente cinco meses. No dia 17 de abril de 2016, com ampla maioria de votos (367 a favor e 137 contra), o processo foi aprovado na Câmara dos Deputados. A partir do dia 12 de maio o pedido passou a transcorrer no Senado Federal, com o desfecho da destituição do cargo da presidência no dia 31 de agosto. Diversos processos já haviam sido protocolados pela Câmara dos Deputados; foi, entretanto, o pedido dos juristas Miguel Reale Júnior, Janaína Conceição Paschoal e Hélio Bicudo que foi acolhido pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no dia 2 de dezembro de 2015³.

O engendramento desses fatos torna passível de verificação a relação de interdependência e coafetação que se estabelece entre os diversos campos que compõem a realidade social (BOURDIEU, 2011). Nessa conjuntura, a correlação é explícita entre o campo político, midiático e da vida cotidiana, de modo que as mobilizações sociais ocorridas ao longo de 2015 (sobretudo as sucedidas em março, como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua) e sua repercussão

3 As informações supracitadas foram tecidas com base em dados coletados nos sites *BBC Brasil*, *G1* e *UOL* (FERNANDES, 2016; MENDONÇA, 2016; ROSA, 2016).

pelos veículos de mídia tiveram larga contribuição para a acolhida do processo de impeachment.

Cabe aqui referir as contribuições de Hannah Arendt (1988) entorno à faculdade humana de julgar os acontecimentos políticos. Segundo a tradição kantiana observada pela autora, ela envolve considerar as faculdades da imaginação, do entendimento e do senso comum. Para tanto, o ato reflexivo do juízo requer uma mentalidade alargada, exercício que historicamente e conforme o entendimento que no texto ora posto se enfatiza, está relegado à atividade jornalística, tomada como fundamental para o juízo político numa sociedade democrática. Nos termos da autora: “formo uma opinião considerando um dado tema de diferentes pontos de vista, fazendo presentes em minha mente as posições dos que estão ausentes: isto é, eu os represento” (ARENDR, 1988, p. 299).

É assim que o exercício do juízo articula o interesse individual ao interesse coletivo, espaço preenchido pela atividade política. Trata-se de uma instância para a qual concorrem os sentimentos, o senso comunitário, tanto quanto os elementos atribuídos à faculdade cognitiva e que, em conjunto, concedem sentidos à experiência vivida em comum e onde ocorre “julgamento e decisão, a judiciosa troca de opiniões sobre a esfera da vida pública” (ARENDR, 1988, p. 277).

No contexto de midiatização da política, as condições de possibilidade do juízo político requerem observar os nexos éticos pertinentes às escolhas dos seus enunciadores. Eles se fazem guardiões de narrativas que informam os indivíduos sobre ocorrências que lhes são exteriores mas que, no entanto, apresentam-se como determinantes para sua vida pessoal e social. No quadro do processo de juízo político da então presidente Dilma Rousseff, constata-se que os discursos jornalísticos mobilizados no transcorrer do processo adquiriram influência privilegiada na construção da representação pública sobre o acontecimento. Põe-se de manifesto, assim, o mecanismo de poder que caracteriza o jornalismo essencialmente, cuja legitimidade reifica-se constantemente a partir da noticiabilidade e do agenciamento que produz (SILVEIRA, 2015).

Tendo ponderado tais noções, indaga-se, neste texto, sobre a ação das revistas semanais nas capas que elaboraram quando do juízo político de Dilma Rousseff, considerando-se tais peças jornalístico-promocionais como um ato responsável, vale dizer, quais são os compromissos que sustentam as relações expressas no discurso jornalístico, promotor do projeto editorial do veículo de comunicação.

Isto posto e no intento de capitalizar uma síntese acerca de como se compreende e define o jornalismo e o discurso jornalístico, tem-se a seção que segue.

Jornalismo e discurso: mediação e poder

A eficácia social dos relatos jornalísticos mostra-se na medida em que se instituem como um repositório de saber coletivo sobre a realidade. Sob essa perspectiva e na concepção de Ribeiro (2014, p. 28), o campo jornalístico passa a ser compreendido “como uma instituição que contribui para a construção social da realidade, ao produzir um conhecimento sobre a vida cotidiana e o tempo presente, e ao produzir também sentidos sobre os diversos campos sociais e sobre o próprio campo”. O discurso jornalístico, assim sendo e consoante compendia Fausto Neto (1994, p. 160), figura-se como uma voz que não faz, simplesmente, “o reclame das coisas, mas uma voz que se impõe às coisas e que a anuncia seus próprios semantizadores”.

No reconhecimento de seu papel como mediador da realidade, visto que é tomado como uma mediação social profissionalmente exercida (SILVEIRA, 2015), constata-se como o jornalismo elabora e faz circular representações identitárias. Assume, dessa forma, “ainda que parcialmente, o papel legislativo de discriminar para a sociedade e o papel judiciário de emitir juízos, através de sua ação ordenadora a partir de um discurso situado” (SILVEIRA, 2016, p. 39).

Convém asseverar que as produções jornalísticas, apresentando-se como resultado de decisões estratégicas de hierarquização temática de informações, são apreendidas como compósitos que refletem, na materialidade discursiva, a estrutura ou o contexto em que foram geradas. Daí afirmar-se, na esteira das

proposições de Fausto Neto (1993, p. 4), que “a verdade descrita e/ou apontada pelo Jornalismo se constitui sempre numa construção obrigatoriamente invadida pelas marcas dos seus enunciadores, deixadas nos discursos”. Dentre outros aspectos, são algumas dessas marcas e estratégias discursivas que se intenta desvelar no processo analítico de observação das capas.

Buscando apreender a complexidade que envolve o objeto empírico de análise, faz-se uma breve exposição sobre as revistas, as capas e as particularidades envolvidas em suas narrativas, visto que se figuram enquanto singulares engendradoras da percepção social do impeachment.

As revistas e suas capas: planos verbal e visual

No processo de construção discursiva os enunciadores de revistas mobilizam determinados procedimentos que permitem que seu conteúdo se faça inteligível e credível perante aos leitores. Considera-se que as estratégias adotadas levam em conta a consolidação do forte vínculo afetivo que os veículos mantêm com o leitor e que manifesta uma complexa relação entre “sujeitos produtores e receptores [que estão] em um movimento de constante coafetação” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 27). A partir da utilização recorrente a certos elementos gráficos, algumas expressões verbais e sua organização em uma discursividade específica, torna-se passível de identificação a linha ou os princípios editoriais que regem a publicação. Desse modo, são as definições editoriais do veículo que determinam os critérios para escolher o que noticiar e, posteriormente, o modo como noticiar. Conforme se evidenciará posteriormente na análise, entende-se que a linha editorial de cada revista justifica e permite a compreensão de certa regularidade em seus enunciados, tratamentos e produções discursivas.

Isto posto, enquanto elemento primeiro das publicações, convencionou-se a capa de revista como espaço institucionalizado singular de compartilhamento e construção de valores (RIBEIRO, 2014, p. 74), circunscrevendo um recurso de promocionalidade da linha editorial e de expressão da posição ideológica

do veículo. As capas de revista, assim sendo, apresentam e representam o veículo jornalístico: apresentam-no ao constituírem-se como plena materialidade significativa de sua postura editorial; representam-no ao instituírem-se com voz própria, antes que mera irradiação de vozes socialmente legitimadas. Logo, as capas se estabelecem também como local privilegiado para análise do discurso jornalístico.

O modo como as capas organizam os elementos significantes apresenta sua particularidade: elas conferem primazia à dimensão visual (ou aos componentes não verbais), deixando os componentes verbais em segundo plano. Para que sejam inteligíveis, precisam expressar e equilibrar um conjunto de informações de maneira coerente: “[...] mensagem, linguagem, imagens, tipografia, espaço, cor, sequência, contrastes, ordem e tudo o mais para orquestrá-los em um todo visualmente unificado e intelectualmente consistente” (ALI, 2009, p. 96).

Dos recursos não verbais, o que mais se destaca é a utilização de imagens ícono-visuais, exacerbando aquilo já apontado por Dulcilia Buitoni (2013, p. 111): “[...] a relação com o visível tornou-se parte da natureza da revista”. Dessa perspectiva, cabe ainda destacar a importância das cores, considerando que auxiliam na representação dos valores que o enunciador pretende transferir ao leitor, bem como expressam determinada visão de mundo desse que as utiliza. Assim atesta Guimarães (2000, p. 15): “podemos compreender a cor como um dos elementos da sintaxe visual, e a linguagem visual como um dos diversos códigos da comunicação humana”.

O engendramento dos vários elementos passíveis de se congregarem na superfície discursiva de capas permite desvelar significados sobre suas condições de produção e circulação e explicita, consoante se vem delineando, a postura editorial dos enunciadores das revistas. A mobilização de recursos múltiplos resulta em um discurso elaborado a partir de elementos intencionais que, por meio de um jogo de efeitos de sentido, propicia diversas possibilidades de leitura de uma mesma realidade. Neste caso, pretende-se analisar as realidades construídas e projetadas pelas capas de revista semanais de circulação nacional.

Percurso metodológico e análise de capas de revista

A abordagem metodológica define-se por procedimentos que pressupõem o reconhecimento da produção social da discursividade midiática e desenvolve-se a partir da compreensão dos parâmetros que intervêm na organização estrutural de um signo textual (SILVEIRA, 2009). De tal forma, concebida a produção de sentidos por meio da análise dos textos vinculados ao seu contexto de produção e circulação, cabe ressaltar que analisar esse imbricamento no bojo de uma sociedade midiatizada implica considerar a complexidade que envolve os discursos midiáticos, figurados como espaços privilegiados na disputa pela hegemonia das representações sociais.

Dito isso, ressalta-se que a análise das capas cumpre o propósito de estudar suas estruturas significantes, que modelam um discurso social específico. Baseia-se, para tanto, na materialidade discursiva e considera os elementos dos planos verbal e visual, desvelando as estratégias discursivas e os mecanismos de persuasão mobilizados pelos enunciadores das revistas semanais. Antecipa-se que a detecção das articulações operadas pelos enunciadores entre a factualidade circulante em mídias sociais, no noticiário da mídia de referência e outros agentes ficou perceptível na eleição dos componentes verbo-visuais das capas.

Consoante a perspectiva que se vem delineando, convém referir um mecanismo discursivo que se manifesta largamente em textos do vasto arcabouço que a produção midiática congrega; evidencia-se, como se verá, por meio de múltiplas associações possíveis de se realizar, nas capas ora estudadas. Trata-se da intertextualidade. O escopo teórico do conceito é calcado nas proposições de Mikhail Bakhtin (1995) que, grosso modo, pressupõem a incompletude dos textos em si mesmos, visto estarem sempre em relação com outros signos textuais, com as estruturas produtivas que os geraram e com o repositório de saberes coletivos circulantes na sociedade.

Na situação da atividade jornalística, compreende-se que a produção de uma capa busca conjugar valores que convoquem a capacidade humana de julgar os acontecimentos políticos. No entanto, em lugar da exposição de elementos que fomentem livremente o ato reflexivo do juízo, a capa oferece o seu juízo

construído por uma postura editorial. Essa é sua condição de produto de consumo cultural. No intento de abarcar o desafio apostado na tarefa criativa de elaboração de uma capa de revista, seu layout, configurando a articulação plástica dos planos verbal e visual, recorre-se à análise de Augusto Ponzio quanto às proposições bakhtinianas sobre as relações conveniadas no ato responsável:

As relações sociais, as relações culturais, aquelas reconhecidas, oficialmente, codificadas, as relações que contam juridicamente são relações entre identidade do gênero, entre diferenças indiferentes à singularidade, relações estruturalmente estáveis por contraste e, portanto, relações opositivas e conflitantes, nas quais a alteridade de cada um é apagada. (PONZIO, 2010, p. 18)

É possível entender que Ponzio (2010, p. 19-20), ao assinalar “a singularidade, a unicidade, a alteridade de cada um, com sua participação e não indiferença à singularidade dos outros, ao outro como único e insubstituível”, compreende que a especificidade estaria relevada ao âmbito do “privado, à base do oficial, do público, do formal, do cultural, da identidade com a sua responsabilidade garantida e delimitada de álibis”. Extrapola-se, assim, a responsabilidade da ação para o nível coletivo, promovendo com a capa de revista a matéria de destaque da edição. É assim que se faculta tomar a capa de revista como configuração de assinatura editorial que responde por proposições de “responsabilidade sem álibis” (BAKHTIN, 2010), assinatura editorial de um agente conhecedor e plenamente responsável de suas ações, habilitado a tomar decisões em favor de determinado projeto.

Para proceder à análise, definiu-se o objeto empírico a partir da seleção de capas de revista semanais de circulação nacional publicadas logo após a votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, optando-se por analisar aquelas veiculadas em um mesmo dia, 20 de abril de 2016. Elegeu-se, portanto, uma capa de *Veja* – “Fora do baralho” (edição 2.474) –, uma de *IstoÉ* – “Não vai ser golpe” (edição 2.419) – e, por fim, uma capa de *CartaCapital* – “E eles vão levar?” (edição 897). Além da análise individual de cada uma das três capas, são também tecidos comentários comparativos entre as edições, permitindo-se assim evidenciar a disputa de sentidos circulantes sobre o juízo político codificado nas edições.

Apresentam-se, a seguir, as análises procedidas quanto às três capas elencadas.

Dilma: uma carta fora do baralho

Analisando a cenografia da capa de *Veja* (Figura 1), observa-se como ela promove uma objetificação da então presidente Dilma, na medida em que estampa um quadro que manifesta sua descartabilidade. A imagem remete a um panfleto ou cartaz desgastado e rasgado, cujo personagem estaria rejeitado, em condições de inutilidade e passível de ser descartado. Por meio dos recursos discursivos estrategicamente mobilizados na construção da capa pode-se inferir o posicionamento editorial do enunciador da revista diante dos acontecimentos sobre o impeachment. *Veja* constrói, assim, um discurso pró-impeachment e toma o processo como algo acabado, que culminaria com o afastamento da presidente.



Figura 1: *Veja*. Edição nº 2.474, de 20 de abril de 2016. Capa

Fonte: *Veja* (2016).

Constata-se que o efeito de sentido que o enunciador busca produzir em seu público leitor projeta-se por meio de mecanismos persuasivos que materializam-se nos elementos que conduzem a um apagamento da figura de Dilma nos planos visual e verbal. O sentido articulado pela montagem da imagem da presidente,

cuja face está comprometida, inter-relaciona-se com o da manchete, que atribui à Dilma o caráter de algo “fora do baralho”, tomando-a como um personagem que já está excluído do contexto político brasileiro.

Tal postura, ademais, será reificada por meio dos enunciados verbais que compõem a chamada e que destituem a autoridade da presidente. Na primeira afirmação (“com ou sem a vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder”), *Veja* enuncia uma verdade tratada como absoluta, deixando explícito aos leitores que Dilma já não tem mais o que fazer: o poder lhe foi destituído. Outrossim, depreende-se uma generalização do poder operada pelo enunciador, de modo que não se tem explicitado a que poder se refere. Trata-se do poder do governo? É o poder do partido? Ou até mesmo o poder de Dilma sobre sua vida? São indagações que pairam sem resposta.

O uso do termo “batalha” para caracterizar o processo de impeachment também dá-se à identificação da tomada de posição de *Veja*, auxiliando a caracterizá-lo como um cenário de disputa pelo poder (quase uma guerra, em que um dos personagens, Dilma, encontra-se já mutilada e “rasgada”). A segunda parte da chamada vem a corroborar os sentidos já delineados, apontando a posição solitária de Dilma, “abandonada pelos aliados”, cujo governo (assim como sua imagem, desfigurada) “esfacelou-se”.

No tocante às cores que integram a capa, o uso da cor amarela pode ser entendido como um recurso mobilizado por *Veja* como forma de emitir um alerta a seus leitores, que devem dar-se conta da situação caótica da conjuntura política brasileira, em que a presidente, autoridade máxima de uma organização social democrática, já não mais “comanda o Brasil”. De acordo com a perspectiva enunciativa, a figura de Dilma empunhando a faixa de presidente do Brasil já não mais existe, está fora do jogo.

Findando a análise da primeira capa, convém mencionar uma associação discursiva que pode ser realizada e que diz respeito à fotografia usada por *Veja* na montagem da figura de Dilma, que circulava na época de sua posse; o leitor, ao ver a imagem da presidente esfacelada, pode remeter que a mesma figura, outrora,

mostrava uma postura firme (reiterada pelo olhar de Dilma, direcionado na parte central e/ou na mesma linha de visão do leitor) de quem ainda comandava o país.

O impeachment não será um golpe

A capa da revista *IstoÉ* (Figura 2) possui um elemento de diferenciação em relação às comumente veiculadas pelas revistas semanais de circulação nacional, tendo em vista que o enunciador lança mão de um bloco verbal amplo na composição de sua cenografia. A utilização desse recurso discursivo pode ser apontada como uma estratégia visando surpreender os leitores, já que o enunciador vai de encontro ao padrão vigente que, conforme se explanou anteriormente, costuma evidenciar que a composição das capas apela ao plano visual.



Figura 2: *IstoÉ*. Edição nº 2.419, de 20 de abril de 2016. Capa

Fonte: *IstoÉ* (2016).

O posicionamento editorial do enunciador da revista com relação ao contexto amplo que narra, da mesma forma que na capa anterior, explicita-se na capa de *IstoÉ* e materializa-se em seu discurso pró-impeachment. A partir da expressão “Não vai ser golpe”, repetida em dois momentos: no topo e no fim da página, o enunciador tece comentários sobre o cenário nacional de turbulência política. O tom com que é operado o texto verbal reifica o princípio, adotado como absoluto por *IstoÉ*, de que o processo de julgamento político de Dilma não se constitui num golpe.

Uma associação passível de ser feita, no que se refere ao núcleo discursivo por meio do qual se constrói a capa, diz respeito à evocação de um dizer constantemente veiculado por personagens e instituições contrários ao processo de impeachment: “não vai ter golpe”. Por meio de tal vínculo, depreende-se que o enunciador não apenas afirma que o processo irá se consolidar (como se dá a perceber pelo uso do verbo “ser”, conferindo a ideia de um fato que vai, indubitavelmente, acontecer), como diz que ele não pode ser assumido como um golpe.

Ainda analisando os elementos verbais que compõem a capa, eles materializam a importância que a revista atribui aos acontecimentos em torno do impeachment de Dilma, como se evidencia a partir do uso das expressões “histórico domingo” (em referência ao dia da votação na Câmara dos Deputados) e “mais grave crise moral, política e econômica da história” (para tratar do cenário brasileiro no período) (ISTOÉ, 2016, s.p.). Acerca da última afirmação pode-se, mais uma vez, inferir uma tomada de posição do enunciador; ao atribuir àquele momento o caráter de “mais grave”, desconsidera outros cenários muito críticos já protagonizados na política do Brasil, como outro julgamento político, de Fernando Collor de Mello, em 1992, ou a derrubada do governo de João Goulart, em 1964.

Ao longo desse bloco verbal, o enunciador aponta vários desvios que maculariam o exercício da presidência por Dilma, dando a perceber que o processo desencadeado seria apenas “fruto de uma árvore de horrores adubada com muita corrupção, crimes, gestões temerárias e fraudes que afundaram o nosso País” (ISTOÉ, 2016, s.p.). O uso do possessivo “nosso” evidencia a adoção de uma estratégia de sentido que buscaria a proximidade e a identificação do veículo com seu público leitor. Pressupõe-se, assim, o compartilhamento de um sentimento de pesar com relação ao contexto político da época.

IstoÉ, assim, parece mostrar que nem mesmo com todo o “arsenal bélico utilizado pela presidente para se manter no poder” (ISTOÉ, 2016, s.p.), Dilma conseguirá evitar seu impeachment. Ao citar a desaprovação a seu governo, “quase unânime”, o enunciador atribui à até então presidente o título de enganadora, especialmente daqueles 54 milhões de brasileiros que depositaram

o voto nela e que só “agora podem enxergar a verdade com clareza” (ISTOÉ, 2016, s.p.). O impeachment, dessa forma, é tomado como um “justo desfecho de uma gestão que se corrompeu de forma nunca antes vista na história deste País e que priorizou amigos e aliados [...] em detrimento do povo brasileiro” (ISTOÉ, 2016, s.p.).

O plano visual da capa materializa e reifica o efeito de sentido de condenação que o enunciador atribui a Dilma, visto que remete a uma figura obscura, que sequer olha de frente para o leitor. A imagem figurativizada por *IstoÉ* é a de uma presidente derrotada, que será lembrada tão somente por seu lado negro e sombrio. A posição em que ela é posta pode ser associada à lembrança de alguém que de fato é condenado e, mais do que isso, preso, tendo em vista que essa é uma das posições com que os prisioneiros são fotografados quando ingressam no cárcere (olhando para frente, da esquerda para a direita).

As artimanhas do impeachment

A capa de *CartaCapital* (Figura 3) guarda algumas diferenças singulares com relação às outras duas previamente analisadas. O enunciador não deixa à mostra explicitamente o contexto a partir do qual constrói o discurso, visto que na materialidade da capa não há referência à Dilma, nem ao julgamento político. Ademais, tampouco demarca um posicionamento incisivo sobre o que narra, destarte sê-lo passível de identificação por meio da observação dos elementos mobilizados na capa à luz do conhecimento da linha editorial da publicação e também das matérias no nível interno. As associações que provoca requerem do leitor a lembrança de textos ou conhecimentos prévios, o que põe de manifesto (evidenciando, dessa vez, algo que é comum também às outras capas) o mecanismo da intertextualidade discursiva.

Constata-se mais um diferencial a partir da comparação dos planos visuais das três capas: a de *CartaCapital* é a única que não se figurativiza como ancorada na até então presidente Dilma. O destaque, neste caso, paira justamente sobre os articuladores do processo de impeachment, o ex-presidente da Câmara dos

Deputados, Eduardo Cunha, e o ex-vice-presidente, Michel Temer, sucessor de Dilma Rousseff na presidência da República pela via do juízo político.



Figura 3: *CartaCapital*. Edição nº 897, de 20 de abril de 2016. Capa

Fonte: *CartaCapital* (2016).

O enunciador, por meio de uma montagem, propõe uma relação emblemática entre os dois: Cunha é retratado como mordomo do senhor Temer. A imagem, assim, presta-se a um efeito de sentido que remonta ao de cumplicidade entre os personagens, unidos em torno de um ideal e que, conforme se pode comprovar a partir da leitura das matérias que compõem a publicação no nível interno, relaciona-se à derrubada do governo Dilma. Quem comandaria as articulações, de acordo com a perspectiva enunciativa manifesta na capa, seria o vice-presidente Temer, cuja postura revela uma figura poderosa e astuta. A expressão e a postura de Michel Temer mostram alguém que está disposto a promover artimanhas e conchavos para atingir seus objetivos e que, indo além, tem aliados para fazê-lo. A figura do deputado Cunha é construída como se ele estivesse a serviço de Temer, preparado para atendê-lo e realizar aquilo que lhe for ordenado (tal qual o faz um bom mordomo).

Analisando os elementos verbais da capa, depreende-se que a indagação proposta pelo enunciador na manchete materializa uma estratégia que visa interpelar o público leitor no sentido de perguntar se Cunha e Temer “vão levar” (que, pelo entorno discursivo, entende-se que se trata da) vantagem no processo de

consolidação do impeachment. *CartaCapital* deixa margem para várias possibilidades de interpretação; eles vão levar a melhor: conquistando o poder? Derrubando o governo que está posto?, ou, ainda, conseguindo finalmente realizar o impeachment? A resposta parece estar na expressão facial de Michel Temer, confiante e altiva. É como se, já se levantando da cadeira (como se percebe pela posição de suas pernas, que estão cruzadas e em sentido oposto ao que está seu tronco) e olhando fixamente para o leitor (que supostamente representa toda a população brasileira), ele estivesse afirmando que vai tomar o poder e já está pronto para agir.

Outrossim, o questionamento pode estar relacionado, amplamente, com uma tentativa do enunciador em suscitar um debate sobre o próprio sistema político brasileiro, no sentido de provocar os leitores a pensar até que ponto a democracia e a liberdade se exercem nesse campo. Dessa perspectiva, ainda que implicitamente, parece que *CartaCapital* convoca o leitor a uma tomada de posição, impelindo-o: “você vai deixar mesmo que eles levem a melhor, promovendo um golpe de estado?”. Por fim, o teor dramático do assunto é reforçado pela cor escura do fundo da capa. A ausência de luz remete, desse modo, a uma realidade sombria e problemática, relacionada ao artil parlamentar que o enunciador parece evocar.

Considerações finais

Analisar os discursos jornalísticos que circundam os acontecimentos políticos da contemporaneidade significa percorrer um caminho complexo e rico em termos de produção de sentido. A importância das capas reside em seu poder qualificador da principal matéria da edição. Juízes derrubaram a obrigatoriedade de diploma de nível superior para o exercício do jornalismo. Já a Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal e pelo Poder Judiciário, vem utilizando material jornalístico como argumento e prova para condenações dos réus. O juízo político de Dilma Rousseff realizado pelo Poder Legislativo e validado por meio das capas das revistas semanais de circulação nacional permite constatar as interpretações adotadas pelos veículos e a reiteração de sentidos circulantes numa sociedade polarizada politicamente. Conforme se atesta a partir desta

análise, as capas evidenciam que as revistas visam confirmar em sua posição editorial o acolhimento de determinada posição política, numa prática de falsa objetividade (ABRAMO, 2003, p. 40), e não uma posição exterior e isenta, segundo prescrevem as apologias do jornalismo profissional.

Em conformidade às associações analisadas nas remissões intertextuais identificadas, há indícios de conflitos éticos para o entendimento do juízo político acerca do julgamento da até então presidente do Brasil. Entende-se que a harmonia das faculdades cognitivas é posta à prova por meio do apelo aos subterfúgios evocados especialmente na exploração do plano visual. A tensão entre entendimento, expresso geralmente pelo plano verbal, e a extrapolação visual proposta na riqueza das capas remete à imaginação. O juízo estético conduz os leitores de maneira, referindo novamente Bakhtin (2010, p. 84), “emotivo-volitiva” a sentir o clima político antes mesmo de acercar-se a noções informativas que os permitiriam compreender conceitualmente. Ao bordão do jornalismo produzido com objetividade sucede-se um ato responsável por artimanhas estético-visuais que ludibriam o juízo racional com apelos ao prazer e ao desprazer.

O jogo de sentidos que se produz por meio da associação de elementos das dimensões verbais e visuais que compõem as capas revela, desse modo, um posicionamento editorial incisivo das revistas, que buscam persuadir o público leitor de modo a acompanhá-las em um entendimento comum dos fatos que narram. Tal assertiva comprova-se de maneira mais explícita nas capas de *Veja* e *IstoÉ*, que apontam verdades absolutas em seus discursos e antecipam o julgamento político, veiculando-o como algo que já está ou será findado em breve, tendo como desfecho a saída da presidente Dilma; já em *CartaCapital* a linguagem utilizada difere e o enunciador busca não tanto impor uma perspectiva, mas questionar seu leitor, interpelando-o para que realize as associações plausíveis e confira sentido, particularmente, aos diversos aspectos engendrados na capa.

A maior contradição entre as abordagens das três capas mostra-se relacionada aos discursos contrários e favoráveis ao impeachment e que materializam a marcante distinção entre os projetos editoriais de *Veja* e *IstoÉ*,

de um lado, e de *CartaCapital*, de outro. Clarifica-se: os enunciadores das duas revistas (*Veja* e *IstoÉ*) que assumem expresso apoio ao juízo político que condena a presidente Dilma manifestam um posicionamento editorial categórico. Tais resultados reiteram a manutenção de aspectos daquilo há décadas apontado por Abramo (2003) acerca dos padrões de manipulação na grande imprensa. Já o enunciador de *CartaCapital* atribui ao impeachment o caráter de um golpe governamental, operando outra estratégia persuasiva. Ela consiste em apresentar a seus leitores um questionamento de algo que parecia já estar estabelecido, inclusive, pela mídia semanal. Curiosa a posição de *CartaCapital*, entrincheirada entre os valores operativos da imprensa comercial-burguesa e os proclamas de uma ideologia iluminista.

Perspectiva comum que se observou adotada por cada um dos enunciadores das três revistas diz respeito à relevância social que a si atribuem e que se manifesta na busca por legitimar seu papel enquanto veículos de mídia que não atuam apenas como mediadores da realidade cotidiana, mas também como operadores e protagonistas, mobilizadores da opinião pública. *Veja*, *IstoÉ* e *CartaCapital*, resguardadas as particularidades dos discursos veiculados em cada uma das três capas, ao promoverem a circulação de sentidos específicos sobre o acontecimento, não apenas o narraram; outrossim, construíram a sua versão sobre a realidade e o contexto no qual se deu.

Além disso, evidencia-se que os enunciadores conferem grande importância aos fatos que narram, como se depreende pelo uso das tarjas “Edição Especial da Crise”, por *CartaCapital*, e “Edição Especial Impeachment”, por *IstoÉ*. *Veja*, ademais de não ter feito essa referência na capa analisada, veiculou uma edição extra sobre o juízo político no dia subsequente, 21 de abril de 2016.

Concluindo, argumenta-se que tendo em vista a configuração pública do atual cenário político brasileiro, é passível de constatação a presença da mídia enquanto agência socializadora fundamental. Os distintos recursos mobilizados nas materialidades discursivas das capas de revista semanais promovem sentidos diversos que, em um contexto de midiatização da sociedade,

caracterizado pela interferência forte e intermitente da mídia no cotidiano, auxiliam de maneira privilegiada a construir a percepção que os leitores criam sobre o entorno social.

Referências

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALI, F. *A arte de editar revistas: um guia para jornalistas, diretores de redação, diretores de arte, editores e estudantes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução Michel Lahud; Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010.

BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Tradução Mariza Corrêa. São Paulo: Papyrus, 2011.

BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus*, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 9-35, jul.-dez. 2006.

BUITONI, D. S. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, F. M.; SCHWAAB, R. (Orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 107-118.

CARTACAPITAL. São Paulo: Confiança, n. 897, 20 abr. 2016.

FAUSTO NETO, A. A sentença dos medias: o discurso emancipatório do impeachment de Collor. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 17., 1993, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 1993.

FAUSTO NETO, A. Vozes do impeachment. *In: MATOS, H. (Org.). Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Página aberta, 1994. p. 159-189.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da mediação. *MATRIZES*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FERNANDES, C. Impeachment de Dilma Rousseff. *UOL*, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2TS9eOR>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GUIMARÃES, L. *A cor como informação*. São Paulo: Annablume, 2000.

HJARVARD, S. Mediação: conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, jan.-jun. 2014.

ISTOÉ. São Paulo: Três, n. 2.419, 20 abr. 2016.

MENDONÇA, R. As 12 reviravoltas no processo de impeachment. *BBC Brasil*, São Paulo, 11 maio 2016. Disponível em: <https://bbc.in/2FZatb6>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PONZIO, A. A concepção bakhtiniana como dar um passo. *In: BAKHTIN, M. Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010. p. 7-38.

RIBEIRO, D. B. *Jornalismo de revista e ethos discursivo: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital*. 2014. Tese (Doutorado

Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ROSA, F.; BANQUIERI, R. Da eleição à votação do impeachment. *G1*, São Paulo, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2TSCgOd>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SILVEIRA, A. C. M. Ambivalência entre coberturas e favelas na cobertura jornalística sobre periferias. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO LUSÓFONA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 8., 2009, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: Lusocom, 2009.

SILVEIRA, A. C. M. Blindagem midiática: o questionamento comunicacional da mediação jornalística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 13., 2015, Campo Grande. *Anais [...]*. Brasília: Portal de Eventos da UNB, 2015. p. 1-15.

SILVEIRA, A. C. M. Ambivalência e cobertura jornalística de periferias. In: SILVEIRA, A. C. M.; GUIMARÃES, I. P. (Orgs.). *Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência*. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2016. p. 24-43.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2010.

TAVARES, F. M.; SCHWAAB, R. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, F. M.; SCHWAAB, R. (Orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 27-43.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 2.474, 20 abr. 2016.

submetido em: 16 maio 2018 | aprovado em: 25 jun. 2018